BAIXO CRESCIMENTO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O CRESCIMENTO econômico global segue em desaceleração, e as perspectivas futuras não são muito animadoras. Tudo indica que o crescimento mundial irá desacelerar de um patamar de 3,7%, em 2018, para cerca de 3,2%, neste ano. Esse fenômeno é um reflexo da redução no ritmo de crescimento das principais economias globais.

Nesse sentido, o crescimento econômico dos EUA, que foi de 2,9% em 2018, deve cair para 2,2% neste ano e desacelerar para cerca de 1,5% em 2020. Fenômeno similar ocorre com a Zona do Euro, que deve crescer menos de 1% no ano que vem. A economia chinesa também tem registrado uma desaceleração sistemática no seu ritmo de crescimento nos últimos anos. Espera-se que o Produto Interno Bruto (PIB) da China cresça menos de 6% em 2020, o que representa um resultado bem abaixo das taxas verificadas em anos anteriores.

Nesse quadro, os estímulos à atividade econômica têm sido verificados em escala global. Nos EUA, o Federal Reserve (Fed), banco central norte-americano, cortou novamente a taxa de juros e sinaliza para uma política monetária com foco em evitar uma recessão. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) segue flexibilizando a política monetária, ainda que isso possa se mostrar insuficiente para reverter o quadro de desaceleração do ritmo da atividade econômica. Por sua vez, o governo chinês segue promovendo estímulos à economia, mas a desaceleração da atividade econômica é inevitável.

A síntese desse quadro sugere uma abundância de liquidez nas principais economias do mundo, o que se traduz em taxas de juros relativamente baixas.

No que tange à economia brasileira, esse quadro não se mostra dos mais favoráveis. O Brasil, mesmo tendo o crescimento voltado para o campo positivo após a recessão, tem registrado baixas taxas de crescimento do PIB. As perspectivas de aumento do PIB neste ano são da ordem de 0,8%. Para o ano que vem, as projeções de crescimento situam-se abaixo de 2,0%.

O quadro de relativa estagnação da economia brasileira ocorre mesmo a despeito dos esforços do Banco Central do Brasil (BCB) no contexto da flexibilização da política monetária. A meta da taxa básica de juros – Selic – foi reduzida para 5,5% na reunião de setembro do Comitê de Política Monetária (Copom). Esse representa o menor patamar da taxa Selic desde a implementação do real, em 1994. Tudo indica que novos cortes de juros ainda estão no horizonte do BCB nos próximos meses.

A despeito dos estímulos monetários promovidos pelo BCB, a reação da atividade econômica brasileira permanece pífia. A taxa de desemprego continua relativamente elevada, sem sinais de redução expressiva nos próximos meses.

Ao que parece, o grau relativo de endividamento das famílias ainda permanece elevado, com expressivo grau de comprometimento da renda com o serviço da dívida. Esse fenômeno limita o potencial de um novo endividamento das famílias e uma retomada mais robusta do consumo. Além disso, a política fiscal exibe poucas perspectivas de proporcionar estímulos à economia brasileira. Ao contrário disso, o desajuste nas contas públicas tem levado a cortes do lado dos gastos públicos em diversas áreas, o que limita o potencial de geração de estímulos fiscais. Além da União, diversos estados e municípios encontram-se em uma condição difícil em termos das contas públicas, o que torna pouco provável a geração de estímulos à atividade econômica pela via fiscal também nessas esferas de governo.

As liberações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) podem proporcionar algum estímulo nos próximos trimestres. Essa medida tende a ter impacto relativamente similar ao que foi observado em 2017, quando foram liberados os saldos das contas inativas. No entanto, diferentemente do que foi feito naquele período, a medida atual permitirá saques anuais (limitados a um percentual definido pelo saldo das contas). Isso representa uma diferença importante, pois permite que sejam realizados saques recorrentes em bases anuais. Esse mecanismo permitirá estímulos periódicos e recorrentes à atividade econômica por essa via.

Em síntese, as perspectivas de crescimento econômico global não são nada favoráveis para o ano que vem, e o Brasil não é exceção em relação a esse cenário. ■